Relatório de estudo sobre o comércio e os investimentos chineses na África

Rapport d'étude sur le commerce et les investissements chinois en Afrique

relatório de estudo sobre O comércio e Os investimentos chineses na África evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, meios de subsistência local e ecossistemas florestais Caso de Gabão

-- 1 de 43 --

sobre O comércio e Os investimentos chineses na África evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, meios de subsistência local e ecossistemas florestais BRAINFOREST Bairro Antiga SOBRAGA, em frente ao Ministério das Minas, B.P : 23 749 Libreville – Tel : 44 53 52 E-mail : info@brain-forest.org – url : www.brain-forest.org N° registro : 00265/MISPD/SG/CT - NIF : 89616C ® As opiniões expressas, as informações apresentadas neste relatório não constituem de forma alguma a expressão da opinião dos doadores e são de responsabilidade da Brainforest © Dezembro 2010 REDACÇÃO do RELATÓRIO Laurentine BILOGO BI NDONG Reine Patrick. BANIOGUILA Com a colaboração de Richelieu ZUE OBAME e Johanna Jansson Caso de Gabão relatório de estudo

-- 2 de 43 --

Lista Acrônimo APiP Agência de Promoção de Investimentos Privados APv Acordo de Parcerias Voluntárias cicmh companhia industrial e comercial das minas de huazhou cfAD concessões florestais sob Gestão Sustentável comiBeL companhia mineradora de Bélinga cPAet convenções Provisórias de Gestão-exploração- transformação DGef Direção Geral das Águas e Florestas DGi Direção Geral dos Impostos DiArf Direção de Inventários, das Gestões e da regeneração das florestas fLeGt governança e comércio de aplicação da lei florestal GeB Gabon export Bois-AssALA-companhia das Madeiras do Kota htG madeira honesta Gabão iDe investimentos Diretos estrangeiros ifL indústria florestal de Lambaréné oiBt organização internacional das Madeiras tropicais mefeDD ministério das águas e florestas, do meio ambiente e do Desenvolvimento Sustentável PfA Permissão florestal Associada PGG Permissão de Gré a Gré onG organização não Governamental oPeP organização dos países exportadores de Petróleo reDD reduzindo emissões de Desmatamento e degradação de florestas sfik sociedade florestal industrial de Koulamoutou tBni transporte Madeira comércio internacional uicn uniao internacional para a conservação da natureza Wcs Wildlife conservation society

-- 3 de 43 --

Referência de mapa Mapa 1 : Concessões florestais chinesas no Gabão .....24 Referência de figuras Figura 1 : Evolução comercial entre o Gabão e a China de 1995-2008 .....10 Figura 2 : Investimentos diretos de estrangeiros no Gabão.....14 Figura 3 : Comércio de Produtos Agrícolas.....

.....36 Referência de tabelas Tabela 1 : Permissões nacionais arrendadas e/ ou compradas por empresas Chinesas. .....20 Tabela 2 : Empresas chinesas oficialmente registradas na DIARF, suas superfícies. (Fonte : P.O.O DGEF 2010) .....21 Tabela 3 : Evolução das exportações de madeira em toras destinadas à China (x1000 m3). .....23 Tabela 4 : Empresas florestais chinesas

envolvidas na gestão sustentável (Fonte WRI, 2008) .....27 Tabela 5 : Pessoal empregado nas empresas florestais
chinesas. .....29 Tabela 6 : número de concessões florestais
certificadas.....30 Tabela 7 : A Evolução da Superfície Florestal no Gabão e o desmatamento (fonte : WRI,
2000) .....31 Tabela 8 : Organismos e sociedades atuando na área agrícola no Gabão 37

-- 4 de 43 --

Índice Lista Acrônimo .....
3 resumo : 6
Abordagem metodológica para A realização do estudo. 7
problemas encontrados ..... 8 I.
Introdução .....9 II.
Influência chinesa no Gabão : Visão geral..... 11
III.Governança do IDE e das práticas das empresas ..... 12 IV.
Panorama dos setores-chave ..... 16 IV-1.
O setor florestal .....16 IV-2.
O setor minerário 32
IV-3. O setor agrícola 34
V. Relações comerciais entre o Gabão e a China ..... 39 VI.
Discussão e Conclusão ..... 40 VII.
Bibliografia..... 42

-- 5 de 43 --

6 O comércio e Os investimentos chineses na África : Resumo : Nos últimos quinze anos, a parte dos investimentos concedidos pelas empresas chinesas no Gabão, em vários setores de atividades, principalmente aqueles relacionados com a floresta e os meios de subsistência das comunidades locais aumentou consideravelmente, suscitando assim questionamentos sobre suas repercussões nas economias locais/nacionais mas também e sobretudo sobre a sustentabilidade do meio ambiente. O crescimento econômico da China depende, de fato, do acesso de seus produtores a matérias-primas como minerais, madeira, petróleo e alimentos. O contraste com o Gabão é enorme; pequeno país da África central com enormes recursos do solo e do subsolo, com uma população muito reduzida e uma economia que depende ma- ioritariamente da renda petrolífera. A atração da China pelo Gabão reside, portanto, no fato de que este último está repleto de hidro- carbonetos e de matérias-primas (madeira, petróleo, ferro...) necessárias à sua economia en plena mutação. O Gabão é uma verdadeira mina de ouro de recursos naturais. Mas a exploração de estes revela duas preocupações principais: primeiro a fragilidade dos ecossistemas que são a fonte dessa riqueza, cuja má gestão pode comprometer a regeneração (de certos recursos), em segundo lugar a governança necessária para permitir que a explora- ção seja ecologicamente sustentável e economicamente benéfica para o povo Gabonês. Este relatório de estudo é uma análise diagnóstica da influência dos investimentos chineses e das exportações para a China no processo de gestão sustentável das florestas e os meios de subsistência das comunidades rurais no Gabão. Ao final deste estudo, conclui-se que os investimentos chineses estão em sua maioria orientados para setores de exploração florestal, minerária e pesqueira (setor pesqueiro que não é considerado em nosso estudo), o setor agrícola por enquanto atrai poucos investimentos. Quanto às empresas florestais chinesas, estabelecidas no país há cerca de quinze anos graças à compra das permissões nacionais e das grandes concessões florestais das sociedades com capitais estrangeiros, elas detêm cerca de

uma superfície total de 2 844 813 ha ou seja 25,11% da superfície florestal explorada do país, elas constituem, com 15,29% das indústrias de madeira estabelecidas no Gabão, o terceiro grupo de operadores neste segmento de atividade. O setor minerário é dominado por dois projetos, sendo um deles a futura exploração do depósito de ferro de Belinga (Ogooué Ivindo) que deve custar 1 600 bilhões FCFA, para uma superfície total estimada em 7 224 km² e o projeto de exploração e comercialização do manganês do monte M'Bembelé em Ndjolé, no valor de 40 bilhões FCFA pela so- ciété CICMH

-- 6 de 43 --

7 evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais Quanto às trocas comerciais entre os dois países, uma desigualdade gritante persiste entre as exportações (matérias-primas: 70% de madeira, 40% de manganês (Comilog relatório anual 2008)) e as importações constituídas de produtos diversos (têxteis, cosm- eticos, alimentares...) muitas vezes de qualidade aproximativa e a preços desafiando toda concorrência, distorcendo assim as regras do mercado e causando graves prejuízos aos com- erciante locais. O contexto de governança no qual esses investimentos evoluem favorece às vezes o não cumprimento de normas nacionais e internacionais de investimentos, enquanto que no plano social e ambiental, o saldo desses mesmos investimentos chineses é negativo. A maneira como os investimentos chineses influenciam no Gabão é resultado de uma legislação bastante favorável, mas a implementação da mesma por parte das autoridades é uma problemática que também se relaciona aos problemas de governança no Gabão. Essa situação é a origem de uma certa preocupação por parte de outros investidores estrangeiros. Abordagem metodológica para a realização do estudo. Para contribuir para uma melhor compreensão e estimativa dos impactos dos investi s- sements chineses nos setores que afetam a floresta e os meios de subsistência das comunidades locais, três (3) abordagens metodológicas foram adotadas. Primeiramente, uma intensa pesquisa documental sobre a questão relativa à nossa in- terrogação através dos centros de documentação das administrações e instituições envolvidas no estudo (Águas e Florestas, Agricultura, Mineração, ONG ...), assim como nos sites internet e nas obras que tratam da questão. Para esse efeito, alguns relatórios de estudos, de missões, de fim de estágio, e de estudos de impactos ambientais foram coletados: como aquele sobre "os interesses chineses na cadeia de madeira no Gabão (UICN 2010), estudos de impactos ambientais (Belinga, Mont Bembelé)... Em seguida, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com as pessoas recursos envolvidas no estudo (ONG internacionais, Banco Mundial, Agentes: Águas e Florestas, Minas, Agricultura, a APIP, Direção Geral dos Impostos,...) com o objetivo de coletar suas opiniões sobre as empresas chinesas no Gabão. Para entrevistar os responsáveis das empresas florestais chinesas, a equipe de re- pesquisas aproveitou a saída oficial do relatório de estudo UICN para melhor abordá-los, realizando uma espécie de triangulação. Por fim, com base nas informações coletadas, um estudo de campo foi realizado na província do Ogooué-Ivindo (Mékob, Ikobey, Mayiboth) em parceria com o projeto de Cartografia Participativa durante o período de Julho a Agosto (10 dias). Esta visita permitiu identificar as zonas de concentrações das empresas florestais chinesas, observar a extensão das práticas dessas empresas no terreno e, finalmente, coletar a percepção

-- 7 de 43 --

8 O comércio e os investimentos chineses na África: das populações locais vivendo nas proximidades das concessões florestais. Problemas encontrados A dificuldade maior e que merece ser mencionada aqui, diz respeito à obtenção dos don- nées chiffrées, ou mais geralmente de informações no nível da administração florest- tièra e financeira (Direção Geral dos Impostos). Foi constatada uma ausência ou uma retenção de informações não apenas das empresas chinesas, mas sobretudo da administração e às vezes até de alguns de nossos colegas

das ONGs internacionais. Da mesma forma, a maioria dos documentos disponibilizados a nós eram antigos e, portanto, inexploráveis. A ausência de atualização dos dados impediu a comparação com as outras empresas não chinesas que atuam nos mesmos setores.

-- 8 de 43 --

9 Introdução evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais I. Introdução A década de 2010 que se encerra foi marcada no plano econômico por um grande avanço das empresas chinesas na África e no Gabão em particular. O Fundo Monetário Inter- nacional estima em mil bilhões de dólares americanos, os investimentos chineses no continente africano, o que faz deste país um dos principais credores da África (FMI 2010). A presença chinesa se faz observar em setores tão variados quanto a construção e os trabalhos públicos (a construção de estradas), as minas (petróleo, ferro, manganês), a pesca ou ainda a exploração florestal. Sejam públicas ou privadas, há quase quinze anos (1995), as empresas chinesas mantêm a competição com as europeias mais antigas na África nesses domínios. Quanto ao Gabão, a cooperação sino-gabonaise começa em 20 de abril de 1974 pelo Com- unicado conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República po- pular da China e a República do Gabão, e a chegada algumas semanas depois de 75 técnicos agrícolas chineses 1 . Relações de amizade e cooperação que não cessaram de crescer entre os dois países através da multiplicação de visitas recíprocas de Altas Personalidades da China e do Gabon (entre 1974 e 2008, o ex-presidente gabonês, El Hadj Omar Bongo, visitou a China mais de onze vezes aproximadamente). A China pretende se envolver na ajuda ao desenvolvimento do país, assim, no final do ano 2000, estima-se que a soma global concedida pela China ao governo gabonês, a título de empréstimos sem juros e a baixos juros, ultrapasse 600 milhões de Yuans RMB (cerca de 73 milhões de dólares). Esses fundos foram destinados à realização de um grande número de projetos de cooperação, projetos que incluem, entre outros, o novo palácio da Assembleia Nacional do Gabão em Libreville, dois centros médicos (incluindo o envio de doze equipes médicas chinesas), duas escolas primárias, um laboratório farmacêutico em Franceville no Sudeste do país, uma fábrica de transformação de mandioca chamada SODAG (Sociedade Oriental de Desenvolvimento Agrícola no Gabão), e duas fábricas de transformação de madeira localizadas no porto de Owendo 2 . Além disso, no fórum sobre a cooperação China-África em Pequim, um plano de ação (Pequim 2007-2009) foi adotado, concedendo globalmente, dois bilhões de dólares à África para levar a cabo os acordos de financiamento. Uma parte desse financiamento foi utilizada na construção do Senado gabonês. No campo da cooperação econômica, vários acordos foram assinados, como o "Acordo sobre a proteção dos investimentos entre os governos da 1 Continental N°54 Novembro 2006, página 52 2 www.cooperação-internacional.com

-- 9 de 43 --

10 Introdução O comércio e os investimentos chineses na África: República Popular da China e da República Gabonesa em Maio de 1997, e o Acordo sobre os empréstimos sem juros que a China fornecerá ao Gabão de Dezembro de 2002". Mas a China e o Gabão são, antes de tudo, grandes parceiros comerciais. As trocas entre os dois países alcançaram, entre janeiro e julho de 2006, um volume comercial de 479 mil- lhões de dólares, ou seja, um aumento de 122% em relação ao mesmo período do ano anterior, para depois estabilizar em um valor de 1,93 bilhões de USD em 2008. A consequência dessa situação para o Gabão é que se assiste a um aumento espec- tacular de seu saldo comercial com a China (ver fig.1), ao mesmo tempo que se observa uma redefinição das relações de força em alguns de seus mercados tradicional- mente dominados pelas companhias europeias. No entanto, a China não incentiva muito a diversificação, destaca um relatório da OCDE (junho de 2006). Se a busca por matérias-primas necessárias para sua economia gera um cres- cimento nas exportações e um aumento dos

investimentos diretos chineses no Gabão, com os investimentos chineses chegaram empresas desrespeitosas das regras de gestão sustentável e de comércio justo (não cumprimento das regulamentações, concorrência muito dura para os comerciantes locais, mão de obra importada da China...) indicou o professor François Lafargue em uma entrevista à revista Continental3 . figura 1: Evolução comercial entre o Gabão e a China de 1995-2008 Fonte: World Trade Atlas Data
3 Continental n°54 Novembro 2006 P.49

-- 10 de 43 --

11 Influência chinesa no Gabão: Visão geral evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais II. Influência chinesa no Gabão: Visão geral O Gabão é um pequeno país da África Central com uma baixa população (1,5 milhão de habitantes), mas que possui recursos naturais abundantes. O Gabão depende especialmente do preço do petróleo bruto, pois é um dos principais produtores de petróleo na África e membro da OPEP. O esgotamento do petróleo sendo previsto, as autoridades gabonesas buscam diversificar sua economia. Assim, em seu projeto de sociedade, o presidente Ali Bongo Ondimba se apoia no pilar industrial com "a valorização local das matérias-primas. Pois é verdade que nenhum país pode se desenvolver exportando apenas matérias-primas. A dinâmica iniciada com a produção de ferro-manganês vai assim se consolidar, gracias à exploração de novos depósitos de manganês, à construção novas ramificações de ferrovias e à exploração do minério de ferro de Belinga." O atrativo econômico do país se baseia nas matérias-primas como madeira, manganês e ferro que possui. O Gabão é uma verdadeira mina de ouro de recursos naturais. Mas a comunidade in- ternacional e o Governo também reconheceram a fragilidade de seus ecossistemas. Segundo as autoridades, cerca de 85% do Gabão é coberto por florestas tropicais de uma diversidade ecológica impressionante e muito importante para a preservação do planeta por sua captura do gás carbônico. Assim, o segundo pilar, "o Gabão verde", visa preservar o ecossistema em "uma profunda preocupação com o respeito ao meio ambiente, que deve transparecer tanto na integração da dimensão ambiental em cada um dos projetos do país, quanto nos atos do dia a dia de cada gabonês." Conciliar a exploração industrial dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente é o desafio que o Gabão deve enfrentar nos próximos anos para que o desenvolvimento do país não ocorra em detrimento do meio ambiente e das populações que nele vivem. Todos os dados coletados e a exploração dos conteúdos das entrevistas permitem afirmar que a dominância chinesa no Gabão se faz sentir principalmente nos setores de exploração florestal e mineral, mas também na pesca (setor não incluído em nosso estudo). O setor agrícola, por sua vez, ainda permanece pouco influenciado pelos investidores chineses.

-- 11 de 43 --

12 Governança do IDE e das práticas empresariais O comércio e os investimentos chineses na África: III. Governança do IDE e das práticas empresariais O investimento direto estrangeiro (IDE) é definido como fluxos internacionais de capitais que vão de uma empresa-mãe de um país para uma filial em outro país, ou que permite à empresa-mãe obter uma participação majoritária em uma empresa estrangeira. O IDE é diferente de outras formas de movimentos internacionais de capitais porque resulta em uma transferência de recursos; também implica a aquisição de controles de ativos em outro país (Krugman e Obstfeld, 2000). Quanto à governança na promoção dos investimentos, refere-se ao conjunto de processos institucionais e administrativos que permitem a satisfação dos critérios de previsibilidade, responsabilidade, transparência e participação 4. Se alguns países, como os da Ásia Oriental e da América Latina, conseguiram mobilizar uma importante poupança estrangeira, os países da África subsaariana permaneceram à margem da integração e da globalização financeiras em matéria de mercados de capitais privados. As razões para essa insuficiência dos fluxos de IDE para a África

subsaariana são múltiplas, entre as quais o clima de negócios é bastante desfavorável, caracterizado pela mediocridade democrática das instituições políticas e infraestruturas, corrupção, escassez de mão de obra qualificada e disfunções da administração fiscal e aduaneira. No que diz respeito ao Gabão, os investimentos estrangeiros no país conhecem um crescimento lento. O relatório de 2009 sobre o nível médio de riscos para os investidores na África da Companhia Francesa de Seguro para o Comércio Exterior (COFACE), publicado em março de 2010, classifica o Gabão na 10ª posição africana com um "B", como no último ranking de 2005. O colóquio risco-país 2009 explica que, apesar de sua grande riqueza em matérias-primas e sua estabilidade política inigualável no continente, o Gabão ainda apresenta deficiências excessivas nas capacidades institucionais, importantes falhas nas infraestruturas de transporte e energia, além de uma economia ainda muito dependente do setor petrolífero; de fato, o petróleo é o principal destino dos IDE no país 5. A isso se somam as potencialidades limitadas do mercado e a burocracia. Mas o país está bem decidido a sair de sua dependência da exploração petrolífera e se lançar em direção à diversificação de sua economia. E para atrair mais investidores, o Gabão adotou iniciativas favoráveis aos investimentos estrangeiros. Estas vêm complementar, assim, um certo número de disposições regulamentares tomadas alguns anos antes, como a Carta dos Investimentos instituída pela Lei n° 15/98 de 23 de julho de 1998. Ela enuncia os objetivos e os mecanismos implementados para favorecer o investimento, a expansão das empresas e das atividades individuais sem 4 Revista Africana de Integração; Vol3, N°1. jan 2009; Joseph DJAOWE: Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e Governança: os países da CEMAC são atraentes? 5 União de terça-feira, 23 de março de 2010, P.5

13 Governança do IDE e das práticas empresariais evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais discriminação segundo a origem do investidor/empresário ou o setor de atividade no qual opera. Seu objetivo consiste em favorecer o crescimento e a diversificação da economia com base em um desenvolvimento harmonioso do setor privado e dos investimentos Art 2, "a fim de garantir os investimentos estrangeiros". O país cria: em fevereiro de 2000 e coloca sob a tutela do Ministério do Comércio e do Desenvolvimento Industrial, encarregado do NEPAD, uma Agência de Promoção de Investimentos Privados (APIP) cujas missões são: i. Informar, aconselhar os investidores e facilitar todos os trâmites administrativos relacionados à criação de uma empresa; ii. Procurar investidores e parceiros, técnicos, financeiros e comerciais em todo o mundo; iii. Organizar tanto no Gabão quanto no exterior, manifestações (fóruns, seminários, salões, etc.) sobre o ambiente de investimento e negócios no Gabão; uma futura zona franca em Mandji (Porto-Gentil)6 que oferece condições fiscais atraentes, tais como :- isenção total em matéria de impostos aduaneiros- abstinência de licença de importação, exportação, controle de preços - liberdade de transferências financeiras ... Este novo projeto, iniciado e conduzido sob a direção da Presidência da República, se estenderá sobre uma área de aproximadamente 2000ha, distribuídas em sete (7) parcelas. De acordo com a lei n°10/2000 que cria a Zona Franca de Mandji, adotada em outubro de 2000, e as reflexões realizadas pelos responsáveis do projeto, as atividades alvo são de forma não exclusiva: indústrias e serviços para-petrolíferos, segunda transformação da madeira, que se beneficiaria do recente crescimento das atividades de serragem, desdobramento, descascamento e lâminas no país, armazenamento, montagem e distribuição de produtos. atividades de serviços relacionadas às novas tecnologias, como formação, teletrabalho, promoção de novas tecnologias. O calendário inicialmente previsto para o início estava programado para 2006. Até o momento, apesar de alguns avanços, muito ainda precisa ser feito, e nenhuma precisão pode ser dada quanto à data de início efetivo. Além disso, o projeto de criação de outra zona franca denominada "Zona Econômica Especial (ZES)" é conduzido em conjunto pelo governo gabonês e Olam Singapura. A ZES cobrirá uma área de

12.000 hectares, "oferece um regime fiscal, aduaneiro e comercial comparável ao tradicionalmente oferecido nas zonas francas" 7: isenção fiscal total para as empresas durante dez anos, isenção de imposto aduaneiro, liberdade de transferências financeiras, ausência de licença de importação, exportação e controle de preços, redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas. 6 http://www.izf.net/Gabon/ 7 Entrevista com M. Gagan Gupta, Diretor Geral do projeto ZES (Mercado Africano Edição Especial n°18, 2010 P.51)

14 Governança do IDE e das práticas empresariais O comércio e os investimentos chineses na África: O Gabão oferece assim um contexto jurídico e fiscal favorável aos negócios, para muitos investidores estrangeiros. Assim, em 2008, uma alta nos estoques de IDE, em 2008, é observada, ao contrário do ano anterior, conforme indicado no gráfico abaixo. figura 2: Investimentos diretos de estrangeiros no Gabão (*) Projeções 2009 e 2010 Fonte: FMI, 2010 disponível no diário l'Union de 5 de março de 2010 Mesmo que as estatísticas coloquem a França em primeiro lugar entre os investidores estrangeiros no Gabão, outros países estão interessados no Gabão, especialmente a China, que pretende recuperar seu atraso na aquisição de recursos naturais, para atender à demanda de seu mercado interno. De fato, os obstáculos mencionados não parecem desencorajar os investimentos chineses, dos quais uma boa parte dos financiamentos traz aos países africanos uma rapidez de respostas aos problemas de desenvolvimento, declarou Mamadou Lamine Ba, o Ministro Senegales de Cooperação Internacional, referindo-se ao seu país. O mesmo se aplica ao Gabão, no que diz respeito a certos acordos com a China, como o contrato referente ao projeto de exploração do ferro Belinga, no valor de 3 bilhões de euros, que inclui a construção da barragem hidrelétrica das quedas de Kongou, uma ferrovia e um porto em águas profundas em Santa Clara 8 ... 8 Jeune Afrique N°2496 de 9 a 15 de Novembro de 2008 p.76 estoques de investimentos diretos estrangeiros em milhões de $

15 Governança do IDE e das práticas empresariais evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais A problemática da governança em relação aos investimentos chineses deve ser compreendida em um contexto dominado primeiro pelas necessidades de desenvolver o país economicamente, enquanto se preserva a sustentabilidade ecológica. De fato, as autoridades gabonesas orientam os investidores primeiro para a extração de recursos naturais que são, em boa parte, não renováveis. O desenvolvimento econômico do país também levanta questões complexas. Apesar de décadas de riqueza petrolífera, os gaboneses têm indicadores de desenvolvimento social muito inferiores aos de países com PIBs semelhantes. O país foi classificado em 2010 apenas na 103ª posição entre 181 para o índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Portanto, embora a preocupação dos governantes seja dotar o país de um certo número de infraestruturas de desenvolvimento com os retornos dos projetos de extração de recursos naturais e o apoio dos investidores, a história do país mostra que esses retornos consideráveis do petróleo e da madeira têm dificuldade em se transformar em melhores condições de vida para os gaboneses. Segundo Xavier Aurégan 9, outro aspecto dos investimentos chineses é a falta de transparência frequente dos contratos ou compromissos. No caso do dossiê da mina de ferro de Belinga, a opacidade do contrato e a aparente magnitude dos compromissos assumidos foram um dos aspectos que motivaram a mobilização da sociedade civil para denunciar globalmente um contrato de concessão que lhes pareceu desfavorável à parte gabonesa. As razões dessa oposição, segundo a sociedade civil gabonesa, diziam respeito: ao não cumprimento das disposições legais por ambas as partes, à conluio entre o operador chinês e a administração gabonesa. Para a sociedade civil gabonesa, os chineses avançaram vários bilhões de francos CFA ao Estado gabonês, mas nenhuma pista

desses financiamentos foi encontrada no Tesouro Público 10. A parte chinesa hesita em tornar públicas todas as informações, o que, em um contexto de governança frequentemente insuficiente, agrada a dirigentes africanos. Mesmo que se parta do princípio de que o código gabonês de investimentos, assim como os diferentes códigos setoriais das áreas de atividades envolvidas no estudo, não estabelecem uma ordem preferencial entre os potenciais investidores, é de se notar que os empreendedores chineses não hesitam em criar preferência através do jogo muito sutil do depósito de comissões, muitas vezes avaliadas em taxas que se aproximam de 20%. Laurent Delcourt: "Os chineses propõem o que chamam de acordos win-win (acordos vantajosos para ambas as partes) aos dirigentes africanos. Os quais estão muito felizes que essa nova diplomacia seja desprovida de uma moral que eles frequentemente consideravam ao mesmo tempo hipócrita e constrangedora para os negócios". 9 Os cúpulas China-África anunciam uma nova geopolítica mundial? Xavier Aurégan; Instituto Francês de Geopolítica-Mestrado 10 Mercado Africano Edição Especial n°8, Especial Gabão, Edição 2010 P.21

16 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: Os investimentos, as relações comerciais e a ajuda (construção de estradas, barragens, edifícios públicos...) da China fazem parte de um « pacote » negociado com os países africanos em geral e com o Gabão em particular. IV. Panorama dos setores-chave IV-1. O setor florestal Contexto Segundo a administração florestal, a floresta cobre 22 milhões de hectares, dos quais 14 milhões estão no domínio permanente do Estado e 8 milhões de hectares no domínio rural (zonas dedicadas a florestas comunitárias, áreas de caça e pesca, etc.). O domínio permanente do Estado se subdivide em 10 milhões de hectares de florestas de produção de madeira e 4 milhões de hectares de áreas protegidas. Os inventários sobre os recursos florestais realizados em 1990 demonstram que o país possui cerca de 400 espécies conhecidas, mas apenas cerca de sessenta são exploradas, com uma ampla dominância de duas espécies: o okoumé e, em menor medida, o Ozigo. Estas últimas representam cerca de 40 a 50% da produção total de toras. No entanto, estima-se que as reservas de okoumé, a espécie mais comercializada, sejam de 130 milhões de m^3, enquanto o potencial total de madeira seria de cerca de 400 milhões de m^3. A floresta, aliás, constituiu por muito tempo a primeira riqueza econômica nacional antes de ser superada pelo petróleo no início dos anos 1970. Hoje, ainda na busca de diversificação de sua economia, como paliativo à queda dos recursos petrolíferos, o Estado gabonês deposita suas esperanças na revalorização do setor madeireiro, que, aliás, é o segundo empregador após o Estado, com cerca de 14.000 pessoas (Chevalier et al., 2009). Em 2007, a cadeia madeireira experimentou um forte crescimento de seu valor agregado. Este registrou um aumento de 22%, passando de 190,9 bilhões de FCFA em 2006 para 232,9 bilhões de FCFA em 2007. Não há dúvida de que a exploração florestal gerou benefícios muito importantes para as empresas de exploração florestal, e que o Estado aumentou ao longo do tempo a parte dessas receitas por meio de impostos, arrendamentos, etc. No entanto, a atribuição das concessões florestais também serviu às tendências clientelistas do governo, como destacado em um relatório do WRI em 2003; « No Gabão, descobriu-se há pouco tempo que, não apenas o presidente Bongo, sua família e cada ministro importante do governo tinham concessões florestais, mas todos haviam deixado de pagar os impostos prescritos e, portanto, operavam na ilegalidade ». A zona costeira foi reservada para os nacionais, o que permitiu que os dignitários locais levassem uma vida confortável alugando suas concessões de exploração para estrangeiros (arrendamento). Para atender às exigências regionais e internacionais de gestão sustentável e saudável dos recursos florestais (objetivo 2000 da OIBT, plano de convergência da COMIFAC, Conferência do Rio 1992...), o Gabão iniciou nos anos 90 uma multiplicidade de reformas de seu antigo código florestal (lei 01/82) para culminar na promulgação, no final de dezembro de 2001, da lei 016/2001 que institui o código florestal da República Gabonesa. Esta última incentiva o manejo

sustentável das florestas, a industrialização da cadeia madeireira, a conservação sustentável dos recursos e uma maior implicação das comunidades locais na gestão dos recursos considerados. O Gabão tem se mostrado muito comprometido com a sustentabilidade na gestão de seus recursos naturais. Isso, especialmente através do manejo florestal e da criação de parques nacionais. Para garantir uma gestão florestal sustentável, o Gabão insiste na produção dos planos de manejo de cada concessão; esses planos são a peça essencial da legislação florestal gabonesa. O desafio ambiental no Gabão está ligado a desafios econômicos e sociais. O Gabão decidiu diversificar sua economia e a exploração florestal é um elemento estratégico nessa diversificação. O governo pretende, em particular, promover mais

transformação da madeira, para criar empregos e valor agregado, por meio da proibição total da exportação de madeira bruta (toras) em maio de 2010. Finalmente, o país, através de seu Código Florestal de 2001, também conta com a contribuição dos ex-exploradores florestais para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas e o respeito por seus direitos de uso da floresta. Tudo isso é operacionalizado pelo plano de manejo. As tendências atuais fazem da floresta gabonesa um « potencial indispensável para o ecossistema regional e um verdadeiro ativo econômico para o país ». O movimento em direção à adesão do Gabão a processos de boa governança florestal e/ou combate à exploração ilegal de madeira e seu comércio (FLEGT/APV) ou ainda a luta contra o aquecimento global (REDD) impõe ao país a adoção de reformas na exploração de seus recursos, a fim de conscientizar e responsabilizar os diferentes intervenientes na gestão sustentável deste setor. Hoje, portanto, todos os novos investidores na cadeia madeireira e outros titulares de licença florestal são obrigados a se comprometer com o Estado a fornecer um plano de manejo durante os três (3) anos de Convenções Provisórias de Manejo-Exploração-Transformação (CPAET). A maioria dessas convenções foi assinada entre 2002 e 2005.

20 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: parece ter o mesmo entusiasmo no manejo florestal. Empresas florestais chinesas estão assim investindo na zona 1, reservada para nacionais (Hua-jia; SFIK, HTG...). Outro fator importante que facilitou a integração dos chineses no setor florestal gabonês foi a obtenção da nacionalidade gabonesa, de onde alguns possuem Permissões Florestais Associadas (PFA) teoricamente reservadas para nacionais, embora não tenham iniciado o processo de manejo previsto pela tutela: é o caso de ZHANG WOU ZONG (PFA 87/03) tabela 1: Permissões nacionais arrendadas e/ou compradas por empresas chinesas. PROVÍNCIAS TIPO DE PERMISSÃO N° PERMISSÃO TITULAR ARRENDAMENTO/COMPRA Ogouoé Invindo PFA 20/02 MELAN MBOTE A. TBNI Ogouoé Invindo PFA 18/02 EBANE Martin TBNI Ogouoé Invindo PFA 19/00 NTSAME Martine TBNI Ogouoé Invindo PTE 56/01 KIGUI TBNI Ogooué Ivindo PTE 42/00 MINKO D. TBNI Ogooué Ivindo PTE 76/03 MALOMBO BOUDIANDJA HTG Estuaire PFA 26/02 BATSIELILI Delaconte Greenedge Estuaire PTE 11/91 GONDJOUT Laure Olga Greenedge Estuaire PTE 52/00 GONDJOUT Laure Olga Greenedge Estuaire PFA 83/03 Pongui Jules Henry Sunry Ngounié PI 04/03 Ntoutoume Emane J.F. HTG Moyen-Ogooué PTE 29/93 BILOGHE AMIENG ALONG SARL Fonte: Tabela DBF (MapInfo) Serviço de Cartografia DGEF Cronograma; 2007 Além da compra de pequenas empresas florestais gabonenses por algumas firmas chinesas para integrar o setor florestal gabonês, outras, por outro lado, optaram pela compra de empresas maiores, cujos exemplos mais espetaculares são a compra em abril de 2009 do grupo Leroy Gabon (Plyrosol) pela Honest Timber, uma firma chinesa (Belligoli, 2010), e recentemente da sociedade Gabon Export Bois (GEB), comprada no dia 4 de agosto pelo grupo chinês Shengyang por 68 milhões de euros por 1,47 milhão de hectares de florestas).

21 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão dos compromissos entre economias

nacionais, médios de subsistência local e ecossistemas florestais Em 15 de junho de 2010, após um retorno ao domínio de 73 permissões cujas conclusões ainda são esperadas (moratórias??), o Gabão conta atualmente com 579 permissões (WRI 2010) todas as permissões incluídas; 145 estão à disposição das empresas asiáticas, com 121, nas mãos dos chineses. (Tabela 2) A respeito das empresas florestais registradas no registro de comércio, os dados coletados na Agência de Promoção de Investimentos Privados (APIP) indicam uma dezena de empresas florestais chinesas inscritas junto à APIP (Tabela 2 lista de empresas inscritas em negrito) além das grandes sociedades reconhecidas pela administração encarregada das Águas e Florestas. No entanto, esses dados dizem respeito apenas às empresas inscritas na APIP a partir de 2008, portanto não são exaustivos. Além disso, deve-se acrescentar que nenhuma dessas empresas, assim como as europeias e gabonesas, possui a licença profissional das Águas e Florestas prevista na lei, pois esta nunca foi objeto de um texto de aplicação. Além da compra de pequenas empresas florestais gabonenses por algumas firmas chinesas para integrar o setor florestal gabonês, outras, por outro lado, optaram pela compra de empresas maiores, cujos exemplos mais espetaculares são a compra em abril de 2009 do grupo Leroy Gabon (Plyrosol) pela Honest Timber, uma firma chinesa (Belligoli, 2010), e recentemente da sociedade Gabon Export Bois (GEB) comprada no dia 4 de agosto pelo grupo chinês Shengyang por 68 milhões de euros por 1,47 milhão de hectares de florestas) tabela 2: Empresas chinesas oficialmente registradas na DIARF, suas superfícies. (Fonte: P.O.O DGEF 2010) GRUPOS/EMPRESAS NÚMERO DE PERMISSÕES * SUPERFÍCIES ADMINISTRATIVAS (HA) SUNLY/SUNRY Grupo COFCO - SUNLY Okandja (7 permissões) 7 199 507 - SUNLY Mouila (7 permissões) 7 165 552 -SUNRY Fougamou (4 permissões) 4 50 037 - SUNRY Mekambo (3 permissões) 3 327 225 Grupos Shandong Longsheng e Honest Timber - HTG (23 permissões) 23 409 107 - Leroy (com o problema atual) (7 permissões) 7 549 327 - ALONG Sarl Grupo TBNI - TBNI (23 permissões) 23 438 386 Mont pele Bois (14 permissões) 14 Greenedge 5 84 354 Forestry Devpt Gabon (FDG) 3 Grupo Hua Jia - Hua Jia (1 permissão) + (10 permissões de TLP) 11 100 000 Sociedade Florestal Industrial de Koula-moutou (SFIK) 2 134 290

 GRUPOS/EMPRESAS NÚMERO DE PERMISSÕES * SUPERFÍCIES ADMINISTRATIVAS (HA) Gabon Export Bois-ASSALA-Companhia dos Bois do Kota (GEB) 8 107 240 Indústria Florestal de Lambaréné (IFL) 1 102 900 SOCIEDADE GABONESA DE TRANSPORTE E EXPLORAÇÃO FLORESTAL (SOGATEF) SOCIEDADE MATI-NEGÓCIO DA MADEIRA (SARL M.N.B) TAIWAN GABON CO COFAGA GABON LOULIN SHENG YANG INTERNATIONAL MADEIRA DO GABÃO Wei Longsheng Gabon ALL FOR ONE ZHU ZHONG QING XUE JIE 3 TOTAL PERMISSÕES/SUPERFÍCIES DETIDAS 121 2 667 925 * Dados coletados junto ao WRI Outras informações obtidas durante entrevistas com pessoas recursos dos ministérios e administração (DGI, DGE CNSS) envolvidos na criação de empresas florestais na República Gabonesa revelam que, embora a maioria dessas sociedades florestais chinesas atenda aos critérios de implantação (licença de comércio, número CNSS, NIF...), não significa que paguem suas taxas ao Estado. Segundo a Caixa Nacional de Segurança Social, a SFK contabiliza 3 anos de débitos 18. Próspero Obame Ondo: essas empresas de capitais chineses possuem uma superfície total de 2 844 813 ha, ou seja, 25,11% da superfície florestal explorada deste país. As sociedades Leroy Gabon, Sunly-Sunry Gabon do grupo estatal COFCO, Transporte Madeira Negócio Internacional (TBNI) e Honest Timber Gabon (HTG) são as líderes com mais da metade dessa superfície (relatório UICN 2010). Essa superfície é sem dúvida maior devido às numerosas sociedades asiáticas de fachada que frequentemente possuem capitais chineses não declarados (Belligoli, 2010). Elas constituem, com 15,29% das indústrias de madeira implantadas no Gabão, o terceiro grupo de operadores nesse segmento de atividade e, finalmente, são os primeiros exportadores das madeiras gabonesas com um volume anual médio de toras de mais

de um milhão de m3 representando mais de 70% das madeiras gabonesas exportadas (Tabela 3) 18 Entrevista com a responsável pelas empresas florestais.

-- 22 de 43 --

23 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, médios de subsistência local e ecossistemas florestais tabela 3: Evolução das exportações de madeira em toras com destino à China (x1000 m3). PERíodo JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT DEZ TOTAL 2006 45 54 92 53 82 104 46 54 103 97 96 132 958 2007 61 65 179 101 106 98 61 86 52 138 94 110 1151 2008 142 16 121 90 117 42 117 48 105 71 123 85 1077 2009 63 97 76 118 85 69 53 103 165 64 103 106 1102 2010 80 107 94 281 Fonte: Ministério Chinês da Consumo (2010) disponível em www.globaltimber.org.uk Quanto à repartição espacial das empresas florestais chinesas no território gabonês, observa-se uma concentração de concessões florestais de capitais chineses na província de Ogooué Ivindo, pois a região é conhecida por dispor de uma grande riqueza em madeira de qualidade. Algumas empresas chinesas (HTG, Hua-jia...) estão adjacentes aos parques nacionais (Ivindo, Mwagna, Minkebe). Os pontos GPS coletados por agentes da WCS em 2008 demonstram que estas últimas expandem suas atividades na zona de amortecimento e até mesmo nos Parques Nacionais. A missão de campo realizada em julho de 2010 em parceria com o projeto de mapeamento participativo permitiu estabelecer as mesmas constatações. Assim, a vila de Mékob, está situada dentro das permissões TBNI e HTG. No entanto, a lei sobre os Parques Nacionais e o código florestal estipulam que apenas atividades de baixo impacto ambiental sobre os solos, as águas, a fauna e a flora devem ser realizadas na zona periférica dos Parques nacionais, o que deveria incentivar ainda mais o estrito cumprimento das normas estabelecidas pela lei.

-- 23 de 43 --

24 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: carta 1: Concessões florestais chinesas no Gabão Fonte: PAPPFG; 2010 A análise do mapa abaixo demonstra que o modo de obtenção das permissões florestais chinesas (arrendamento, compra...) determina bem seus locais de implantação no território gabonês. Essas permissões florestais se localizam na quase totalidade do país, mesmo na Zona 1 (reservada para nacionais), mas principalmente próximas das grandes vias de comunicação para facilitar o transporte das toras para exportação.

-- 24 de 43 --

25 Panorama dos setores-chave e avaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, médios de subsistência locais e ecossistemas florestais As empresas chinesas na gestão sustentável das florestas Os chineses e a sustentabilidade ambiental A implementação de uma exploração florestal traz necessariamente impactos sobre o meio ambiente que a gestão florestal se propõe a mitigar. "Por gestão do- ral das recursos florestais, entende-se uma gestão que mantém, nomeadamente, sua diversidade biológica, sua produtividade, sua capacidade de regeneração, sua vitalidade e sua capacidade de satisfazer de maneira sustentável, as funções econômicas, ecológicas e sociais pertinentes, sem causar prejuízo a outros ecossistemas" (art. 17 do código florestal). Assim, para que a exploração florestal seja a menos prejudicial possível ao meio- ambiente, o novo código florestal impõe a toda concessão do domínio florestal permanente a elaboração de um plano de gestão que inclua um inventário ambiental, um plano de rotação das cortes e uma previsão de reflorestamento (art. 20). Este novo código, que reconhece apenas três tipos de permissões, a saber: CFAD, PFA e o PGG, exige agora que cada concessionário com uma CPAET elabore um plano de gestão no prazo de três anos a partir da data de sua assinatura (artigo 23). Com o objetivo de gerir todas as suas florestas do domínio

produtivo, o Gabão possui até hoje 10.378.304 ha comprometidos no processo de gestão sustentável, dos quais: 6.958.829 hectares de florestas estão inscritos no processo de gestão graças à assinatura de Convenções Provisórias de Gestão-Exploração-Transformação (CPAET) por alguns titulares das permissões, por um lado; 3.419.475 hectares foram objeto de planos de gestão validados pela administração florestal, constituindo assim concessões florestais sob gestão sustentável (CFAD), por outro lado. 1.304.900 hectares beneficiam de uma certificação FSC, incluindo três (3) concessões de Rougier e duas (2) concessões de CEB (Estados das florestas 2008). Se o Gabão ocupa a posição de líder na África Central, no compromisso com o pro- cesso de gestão das concessões atribuídas, o compromisso de muitas das so- ciétés não se concretiza na prática e coloca em questão toda a sustentabilidade buscada pelo Código Florestal. No plano legal, as operações de arrendamento não existem mais, no entanto, as empresas chinesas continuam a utilizá-las com a exploração pelo concessionário chinês Hua-jia de 10 permissões da sociedade de capitais franceses TLP ou ainda TBNI que explora as permissões TCN. Segundo o representante da Hua-jia entrevistado, a empresa projeta comprar a TLP. Quando se faz uma observação minuciosa no terreno, constata-se que essas fraquezas são muito comuns nas concessões chinesas. 19 Exploração e gestão sustentável das florestas na África Central Parte II, cap. 8, Página 185, linha 1 parágrafo 2

26 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: De fato, a análise documental e as observações de campo indicam que em uma su- perfície total de 2.844.813 ha de florestas detidas pelos chineses, apenas 818.932 ha foram objeto de um plano de gestão validado pela administração florestal, o restante opera com base nas CPAET (cf. tabela 2). Obame Ondo: "As empresas de capitais chineses demonstram, de fato, pouco interesse em se comprometer voluntariamente no processo de gestão". As pesquisas documen- tárias aprofundadas sobre os financiadores da implementação dos planos de gestão validados que essas empresas possuem provam que são ou obra da administração em 2001 no âmbito do projeto dos planos de gestão piloto (Hua Jia e SFIk) ou ainda de antigos titulares dessas permissões (Leroy Gabão, CEG). No entanto, para um dos responsáveis da Sunry-gabon, o Plano de Gestão da Sunry Mékambo foi apresentado em fevereiro de 2010 para validação, até hoje estão aguardando informações. O fato de que as empresas chinesas signatárias das CPAET demoram a produzir um plano de gestão de suas concessões levanta questões em relação a possíveis infrações ao código florestal. Assim, como observa o relatório da missão da WCS de setembro de 2008 sobre "as permissões Hua jia e HTG no Ogooué Ivindo", essas sociedades exploram madeira localizada fora dos limites e, no entanto, possuem um plano de gestão validado. Ao mesmo tempo, essas práticas não parecem fundamentalmente diferentes das outras operações do setor. SUNLY-SUNRY-Gabon, TBNI, Emirates Bois são, por sua vez, apontados na exploração de madeiras abaixo do Diâmetro Mínimo de Exploração (DME) e nas manipulações frau- dulentas diversas, como a falta de documentos originais, a ausência de martelo e a sobrecarga de bordereau (DGEF, 2010) 20 . O atraso na redação do plano de gestão das companhias chinesas signatárias de CPAET, segundo A.P.Obame Ondo, 2010: é uma estratégia voluntarista implementada pelos chineses que consiste em cortar o máximo de madeira antes do vencimento das CPAET. Além disso, é necessário acrescentar que a exploração de uma concessão florestal requer obrigatoriamente a instalação de certas infraestruturas (base de vida dos empregados, fábricas de transformação, estradas) que, sem um plano de gestão, podem ser prejudiciais ao meio- ambiente. De fato, a rede rodoviária que se desenvolve em torno das explorações fores- tières abre caminhos de acesso a áreas outrora remotas que hoje alimentam o comércio de carne de caça. Apesar do fato de que os textos regulamentares do código florestal (Lei 016/2001) relacionados à ges- ti ão sustentável das florestas sejam obrigatórios para todos os operadores desde 2005, as empresas florestais chinesas têm

dificuldade em aplicá-los. Da análise feita sobre a situação 20 Armand Prosper OBAME ONDO: "Estudo sobre o peso e os impactos da atividade das empresas de capitais chineses na cadeia madeireira gabonesa"

27 Panorama dos setores-chave e avaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, médios de subsistência locais e ecossistemas florestais de gestão das concessões chinesas, conclui-se que a administração não cumpre seu papel, devido à falta de rigor na aplicação dos textos regulamentares. Observações feitas, apesar dos múltiplos autos de infração estabelecidos pelos inspetores pro- vinciais da administração encarregada das florestas sobre as infrações dos chineses, as sanções raramente lhes são impostas. Hoje ainda a maioria das CPAET assinadas pelos chineses já expirou, no entanto, continuam tranquilamente suas atividades sob o olhar da administração. tabela 4: Empresas florestais chinesas engajadas na gestão sustentável (Fonte WRI, 2008) EMPRESAS SUPERFÍCIE DETIDA (HA) SUPERFÍCIE GERIDA OU EM ANDAMENTO SUPERFÍCIE NÃO GERIDA OBSERVAÇÃO 1- HONEST TIMBER GABÃO (HTG) 409.107 409.107 CPAET assinada em dez. 2007 2- SUNLY-GABÃO 695.255 695.255 CPAET assinadas em nov. 2008 Trabalhos de gestão não iniciados no terreno 3- SUNRY GABÃO 380.233 380.233 CPAET assinada em nov. 2006 e jan. 2007; Trabalhos de gestão não iniciados no terreno exceto para o plano de gestão de mékambo apresentado em fevereiro de 2010 4- HUA JIA (380.233 108.000 Plano de gestão validado em 1999 e em revisão 5 - TRANSPORT BOIS NÉGOCE INTERNATIONAL (TBNI) 108.000 438 386 Inventários de gestão em andamento 6 - INDÚSTRIA FO- RESTIÈRE DE LAM- BARÉNÉ (IFL) 438 386 102900 Trabalhos de gestão não iniciados no terreno 7 - SOCIEDADE INDUS- TRIAL DE MADEIRA DE 102900 CPAET assinada em janeiro de 2004 KOULAMOUTOU (SFIK) 134 290 1340 Inventário validado em junho de 2006 Plano de gestão validado em abril de 2009 8 LEROY GABÃO 576 642 576 642 Plano de gestão implementado TOTAL 2844813 818932 2025881

28 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: As empresas chinesas e a sustentabilidade social: O fato de que uma empresa florestal não possua um plano de gestão implica forçosamente consequências no plano social. De fato, ao atribuir um título de exploração a uma empresa, todas as partes envolvidas na gestão dos recursos florestais desse espaço devem ser informadas para estabelecer um caderno de encargos que promova seus direitos (trabalhadores, comu- idades locais). Em seu artigo n°251 a lei 016/2001 especifica: "Para promover o aspecto social da política de gestão sustentável, é estabelecida uma contribuição, nomeadamente financeira, alimentada pelos titulares dessas concessões para apoiar as ações de desenvol- vimento de interesse coletivo iniciadas por essas comunidades. A natureza e o nível dessa contribuição são definidos pelo caderno de encargos contratuais relacionado a cada concessão. A gestão dessa contribuição é deixada à apreciação das assem- bléias representativas das comunidades envolvidas". Este artigo recomenda que cada operador com atividades nas massas florestais próximas das comunidades rurais, de participar na realização das diferentes ações comunitárias (construção de estradas, escolas, dispensários e outros projetos), sob o controle das autoridades competentes. No terreno, o mecanismo do caderno de encargos previsto pelo código florestal, que prevê que as sociedades florestais realizem em benefício das comunidades locais, os trabalhos e os serviços de interesse coletivo, permanece amplamente ausente. O caderno de encargos que se inscreve no plano de gestão, a inexistência deste (plano de gestão) e a falta de encaminhamento dessa lei por um texto de aplicação penalizam, portanto, as populações. A maioria das empresas florestais de capitais chineses signatárias de CPAET, até hoje nunca iniciaram os trabalhos de campo, portanto, não possuem nenhum ca- heiro de encargos que as vincule às aldeias que adjacentes às suas concessões.

Assim, sua contribuição para o desenvolvimento social permanece inexistente. As práticas das sociedades chinesas que possuem um plano de gestão validado pela ad- ministracao parecem pouco conformes à lei. Por exemplo, a empresa Hua jia, cuja concessão está situada não longe da aldeia Ekouk a poucos quilômetros de Kango, adotou "uma política orientada/personalizada" de ajuda à comunidade. Assim, ela escolhe na aldeia as pessoas a serem ajudadas, por exemplo, na obtenção de eletricidade. A única empresa chinesa que tenta se destacar pela observância das normas sociais é a Sunly/Sunry e, segundo as populações encontradas (Ikobey), ela traz pontualmente contribuições às aldeias ao redor de suas concessões florestais, mesmo que "os chineses prefiram fazer tudo eles mesmos (pescar, caçar, plantar seus legumes e que isso atrase um pouco o desenvolvimento econômico de nossa aldeia)". Obame Ondo; 2010: "Em matéria de empregos, é constatado que as sociedades chinesas s'ins-

29 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais escrevem na promoção do emprego de chineses». De fato, com exceção de algumas empresas como Leroy – Gabão, cujos capitais de origem são europeus, ou ainda de HTG, cuja proporção de gaboneses empregados é muito importante (80%) em comparação a estrangeiros, incluindo os chineses (20%), todas as outras empresas chinesas empregam essencialmente cidadãos de seu país e um número marginal de gaboneses. As populações das aldeias (Mékob, Ikobey, Mayiboth) localizadas no interior e na periferia da concessão da HTG afirmam que têm acesso livre aos recursos naturais que entram em seus meios de subsistência. Por outro lado, a ausência de um plano de gestão não permite a implementação completa do artigo 257 do Código Florestal, pois é por meio do plano de gestão que as empresas florestais devem reservar espaços para permitir que as comunidades exerçam seus direitos de uso. tabela 5: Pessoal empregado nas empresas florestais chinesas. EMPRESAS LOCALIZAÇÃO PESSOAL equipamentos 1- Honest Timber Gabon (HTG) Ogooué- Ivindo/ Estuário/ Ngounié/ Nyanga 200 gaboneses 50 caminhões - 5 carregadores - 10 caminhões- 4 bois - 50 chineses 2- Sunly/Sunry-Gabon Haut-ogooué, Ogooué-Ivindo e médio Ogooué Várias centenas, majoritariamente gaboneses - 4- Hua Jia Estuário -155 Agentes, dos quais: 130 gabo- neses, 20 Chineses e 5 expatriados da África Ocidental 5 Bois-4 carregadores- 1 caminhão- 8 caminhões. 5 - Transporte de Madeira Comércio Inter- nacional (TBNI) Ogooué- Ivindo 6 - Indústria Florestal de Lam- baréné (IFL) Ngounié 7 - Sociedade Industrial Florestal de Koulamoutou (SFIK) Ogooué-Lolo 8 -Leroy Gabão Ogooué-Lolo/ Médio-Ogooué/ Ngounié 500 empregados dos quais ¾ são gaboneses Fonte: DPF 2010

30 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África : O compromisso dos chineses nos diferentes processos de certificação. A obrigação de realizar um plano de gestão para toda concessão obtida "constitui" uma incitação à certificação das empresas florestais21 (Lescuyer, 2006) Aparecendo há cerca de dez anos, a certificação protege as florestas contra as práticas destrutivas de exploração da madeira. Ela visa o objetivo de servir como um selo de qualidade, que permite informar os consumidores que um produto de madeira ou papel provém de florestas geridas no estrito respeito das normas ambientais e sociais. Ao contrário do processo de gestão que é uma restrição regulatória, a certificação é uma abordagem voluntária comprometida pelas próprias empresas privadas para atestar seu compromisso com a gestão sustentável da floresta. A implementação de diferentes medidas, embora previstas pelo Código Florestal, como os planos de gestão pelas empresas chinesas presentes no Gabão é até agora difícil de estimar. Parece, portanto, difícil emitir hipóteses sobre seu compromisso voluntário com a certificação. Além disso, esse compromisso ainda diz respeito a muito poucos operadores no Gabão tabela 6: número de concessões florestais certificadas TIPOS DE CERTIFICAÇÃO NÚMERO DE CONCESSÕES SUPERFÍCIES(HA) KEURHOUT

1 576 642 FSC 4 1 304 963 PAFC 0 0 Total florestas certificadas gestão sustentável 5 1 881 605 OLB 3 622 399 TLTV 0 0 Total de concessões com certificados de legalidade 3 622 399 Fonte: Estado das florestas 2008 Recentemente, o governo chinês tem realizado ações em favor da gestão sustentável dos ecossistemas nos países onde investe. O governo chinês elaborou um Guia de boa conduta direcionado às empresas florestais chinesas, para orientá-las em uma utilização racional e sustentável dos recursos explorados. No entanto, esse entusiasmo pode ser explicado pelo fato de que alguns países da África Central onde atuam empresas de capitais chineses já são signatários dos Acordos de Parceria Voluntária (APV) com a União Europeia. 21 Exploração e Gestão Sustentável das florestas na África Central; p.377.

31 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais Além disso, a assinatura dos APV pelo Gabão implica que a madeira exportada, transformada e vendida na Europa deverá estar sujeita à "due diligence", ou seja, o importador deverá demonstrar tanto quanto possível que possui sistemas em vigor para garantir a legalidade de suas cargas (exceto se o país tiver um acordo FLEGT funcional, caso em que, o fato de se abastecer de um país FLEGT é considerado um sistema suficiente). Conjectura sobre o desmatamento : O desmatamento ou desflorestamento é entendido aqui como a transição de uma superfície florestal para uma superfície não florestal. WRI: As florestas da Bacia do Congo apresentam taxas de desmatamento relativamente baixas, inferiores a 0,5 % para o período de 2000–2005. Essa situação contrasta com as florestas úmidas tropicais da América do Sul e da Ásia, onde as taxas de desmatamento para o mesmo período giram em torno de 1,73 % e 1,29 %1, respectivamente. Os dados indicam que a expansão das superfícies florestais exploradas no Gabão é acompanhada por um desmatamento palpável, notadamente a redução da superfície florestal. De fato, o "balbuciar" da gestão florestal no Gabão deixa espaço para uma exploração de madeira fora das normas. tabela 7: A Evolução da Superfície Florestal no Gabão e o desmatamento (fonte: WRI, 2000) Segundo a administração responsável pelas florestas, o desmatamento é relativamente limitado no Gabão. As estimativas mais recentes, provenientes do Observatório das Florestas da África Central (OFAC), estabelecidas para o período de 1990-2000, estimam o desmatamento líquido em 0,12%. As diferentes pesquisas realizadas durante este estudo não nos permitem emitir hipóteses "críveis" sobre o nível de desmatamento devido às atividades chinesas. No entanto, se nada for feito para levar esses últimos a observar as normas ambientais, pode-se temer uma degradação do meio ambiente, pois as pessoas encontradas afirmam que os chineses exploram todas as espécies, mesmo aquelas abandonadas por outros exploradores, às vezes fora dos limites de suas concessões. Em conclusão, é importante notar que muitas empresas de capitais chineses têm dificuldade em conciliar suas necessidades econômicas com as do meio ambiente e das comunidades ribeirinhas dos locais florestais explorados. Não apenas elas carecem de vontade

32 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África : para participar plenamente do jogo da gestão, apesar dos CPAET assinados, mas elas participam pouco da economia nacional, devido à exportação da maioria de sua produção (60 % da produção de toras) e ao seu uso preferencial de materiais e mão de obra chinesa. No entanto, com a proibição total da exportação de toras gabonesas anunciada em 2010, resta ver o futuro de algumas empresas de capitais chineses. Um grande número de entrevistados destaca que não são apenas os chineses que tomam atalhos na gestão de suas concessões florestais. Mesmo que seja evidente que os atores asiáticos cometem mais erros do que os atores franceses, por exemplo, seria sempre um erro analítico concluir que a nacionalidade de uma empresa

determina seu comportamento no Gabão. Estratégias frutíferas para combater o desmatamento devem levar essas dinâmicas em conta22 . IV-2. O setor mineral O setor mineral no Gabão é pouco desenvolvido. A única empresa mineradora que teve uma operação em grande escala no setor é a empresa francesa Comilog, subsidiária da Eramet. A Comilog extrai manganês em Moanda desde 1953 e atualmente é o segundo maior produtor mundial de manganês, com uma produção de 3,25 milhões de toneladas em 2008. (www.eramet.fr). Embora seja o que mais chamou a atenção e cativou a opinião pública nacional e internacional após a mobilização das organizações da sociedade civil gabonesa para denunciar o caráter particularmente leonino e nocivo do futuro projeto de exploração da mina de ferro de Belinga por um investidor chinês, o setor mineral, de forma geral, ocupa o segundo lugar entre os setores de atividades que recebem capitais chineses no Gabão. De fato, até o momento, apenas dois projetos de investimentos chineses estão na ordem do dia no setor mineral no Gabão. No entanto, é importante ressaltar que nenhum deles começou. Eles ainda estão nas fases de negociação e preparação. Comibel com o ferro de Bélinga O projeto de exploração do depósito de ferro nas montanhas de Bélinga, no nordeste do país, tem sido objeto de debates acalorados desde que a concessão foi atribuída à joint venture chinesa Comibel (Companhia Mineradora de Bélinga) em setembro de 2006. Após uma licitação opaca, a empresa brasileira Companhia Rio do Vale Doce (CVRD) perdeu para a Comibel, uma decisão que foi muito controversa. Segundo o Estado ga- 22 Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). ‘Empresas Chinesas nas Indústrias Extrativas do Gabão e da RDC: Percepções de Transparência’

33 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais A decisão de escolher a Comibel foi motivada por dois fatores: 1- o financiamento chinês foi considerado mais estável, pois vinha de um banco estatal. 2- a parte chinesa incluiu mais infraestrutura em sua oferta (um porto, uma ferrovia e uma represa hidrelétrica). Além dessa motivação oficial, muitas rumores circularam. Uma das alegações sustenta que subornos de vários milhões de FCFA foram entregues toda semana a altos funcionários gaboneses. Também foi alegado que Jacques Chirac, o ex-presidente francês, interveio em favor dos chineses para impedir que os brasileiros conquistassem contratos no Gabão. (jansson, johanna, Burke, christopher & jiang, wenran 2009. Chinese Compa- nies in the Extractive Industries of Gabon & the RDC, http://www.ccs.org.za/wp content/ uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_ the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf) De qualquer forma e quais quer que sejam as razões, o fato hoje é que a concessão foi atribuída à Comibel por um período de 25 anos. Quando a mina estiver em operação, espera-se que a produção atinja 30 mil toneladas anualmente. É importante ressaltar que, inicialmente, o projeto com todos os investimentos em infraestrutura valia 3 bilhões de dólares americanos. Os financiamentos seriam disponibilizados à Comibel pelo banco Export-Import da China (China EXIM) na forma de um empréstimo condicional. No entanto, quando a Comibel terminou os estudos técnicos em 2009, o custo para o desenvolvimen- to da mina e das infraestruturas havia aumentado para 5,9 bilhões de dólares americanos. Isso foi considerado excessivo pelo Presidente Ali Bongo, que em maio de 2010 fez uma nova proposta ao CEO da CEMEC durante uma visita à China. Atualmente, as duas partes devem renegociar os termos do contrato para o projeto Bélinga. (J.Jansson, 201023) No plano ambiental, a escolha do governo gabonês de alocar as quedas de Kongou como local para a construção da represa hidrelétrica foi criticada pela sociedade civil nacional e internacional. À medida que o projeto é renegociado, resta saber se a nova convenção incluirá uma represa hidrelétrica, e onde ela será localizada. Além disso, os impactos ambientais deste projeto ainda estão em análise. Mas já um estudo realizado em 2008 por Landry Lebas 24 mostrava que, se a represa for mantida nas quedas de Kongou, isso pode causar graves impactos nos meios de

subsistência das populações locais (plantios, áreas de caça inundadas) e até mesmo o deslocamento de algumas aldeias. 23 Entrevista com um responsável do Ministério das Minas em Libreville em 3105/2010 e com um ator chinês informado em 07/06/2010 24 "Relatório de estudo sobre os impactos do projeto Bélinga no meio ambiente e nas populações"

34 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: CICMH: manganês em Ndjolé A joint venture sino-gabonense CICMH (Companhia Industrial e Comercial das Minas de Huazhou), cuja acionista majoritária é a companhia estatal chinesa CITIC (China International Trust and Investment Corporation), recebeu a concessão de manganês em Ndjolé que, quando a mina operar na capacidade máxima, terá uma produção anual de um milhão de toneladas de manganês. A CICMH também está construindo uma fábrica em Ndjolé onde 50% da produção mineral será transformada. O restante da produção será processado em fábricas na China. Este projeto está prestes a começar desde 2008. Por razões de consideração dos aspectos ambientais e de acordo com a regulamentação na matéria, a CICMH fez um estudo de impacto ambiental por um escritório de estudos localizado em Libreville e denominado TEREA. As conclusões deste estudo estão disponíveis na direção geral do Meio Ambiente. No entanto, em 21 de outubro de 2010, o Governo gabonês e a Companhia Industrial e Comercial das Minas de Huazu assinaram a convenção preliminar para a exploração da Mina de manganês sem, no entanto, indicar a data exata de início das obras de exploração 25 . Em junho de 2010, durante as pesquisas de campo para este projeto, a CICMH negociava detalhes com fornecedores gaboneses, e espera-se que o projeto comece antes do final de 2010. Portanto, mais uma vez não é possível estimar com precisão o grau de impacto que terá sobre o meio ambiente. IV-3. O setor agrícola Contexto O setor agrícola é relativamente pouco desenvolvido no Gabão, só foi reconhecido como prioridade nacional em 1975. Nos últimos anos, a contribuição do setor agrícola para o PIB do Gabão diminuiu consideravelmente (8,7% em 2003). O crescimento do setor foi obstruído por muitos fatores estruturais: êxodo rural, envelhecimento da população rural, péssimas condições das estradas, baixa capacidade das explorações agrícolas e escolhas estratégicas que priorizam a criação de complexos agroindustriais organizados por cadeias (caucho, óleo de palma, cacau, café, carne bovina, frango de corte). O Gabão não é um país com vocação agrícola, apesar da presença de áreas férteis localizadas em geral nos fundos dos vales. O país possui um potencial de terras cultiváveis de quase 15,2 milhões de hectares relativamente férteis, dos quais apenas 495.000 ha são diretamente explorados 26 . 25 Jornal L'union; 22 de outubro de 2010; página 4. 26 Conferência de alto nível sobre: Água para a agricultura e energia na África: os desafios da mudança climática Syrte, Jamahiriya Árabe Libyana, 15-17 de dezembro de 2008 (Relatório nacional de investimento GABON)

35 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais Em 2005, o Gabão contava com um total de 1,38 milhão de habitantes, dos quais apenas 15% em áreas rurais 27 . As principais culturas alimentares são a mandioca e a banana-da-terra, mas também se produz milho (31.000 toneladas em 2002) e um pouco de arroz (cerca de 1.000 toneladas). As culturas comerciais incluem cacau, café e borracha. A agricultura familiar declinou e se recuou progressivamente para sistemas de autossubsistência, devido à fragilidade do capital humano e social; e a um ambiente econômico pouco favorável. O Gabão continua dependente do exterior para sua segurança alimentar, visto que cerca de 60% das necessidades alimentares do país são atendidas por importações. Essa situação está relacionada ao aumento da demanda nos centros urbanos e à incapacidade da produção local de atender a essa demanda. A ausência de estratégia e de um plano de ação coerente e formalizado, por um lado, e de uma vontade

política para dinamizar o setor agrícola, por outro, são responsáveis pela fraqueza dos investimentos públicos realizados nos últimos anos nesse setor. De acordo com os dados disponíveis (FAOSTAT, 2004), o país pode ser considerado um importador líquido. O valor das importações agrícolas aumentou progressivamente desde a década de 70, atingindo em 2004 um valor máximo de 16,8 milhões de dólares americanos. Entre 2000 e 2002, as importações alimentares cresceram em valor 9% ao ano, provocando assim uma importante saída de divisas. Elas passaram de 70,5 bilhões de francos CFA em 1995 para 134 bilhões em 2002, sem incluir bebidas (fonte: Ministério do Planejamento). Pode-se considerar que as necessidades de consumo nacional são principalmente atendidas pela produção local no que diz respeito à banana-da-terra, amandioca, taro, inhame e produtos da pesca. Para os outros produtos, a taxa de cobertura é bastante baixa (frutas, carnes, legumes), ou mesmo nula (arroz e trigo) 28 . 27 Conferência de alto nível sobre: Água para a agricultura e energia na África: os desafios da mudança climática Syrte, Jamahiriya Árabe Libyana, 15-17 de dezembro de 2008 (Relatório nacional de investimento GABON) 28 Conferência de alto nível sobre: Água para a agricultura e energia na África: os desafios da mudança climática Syrte, Jamahiriya Árabe Libyana, 15-17 de dezembro de 2008 (Relatório nacional de investimento GABON)

36 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: figura 3: Comércio de Produtos Agrícolas Fonte: Conferência de alto nível sobre: Água para a agricultura e energia na África: os desafios da mudança climática Syrte, Jamahiriya Árabe Libyana, 15-17 de dezembro de 2008 (Relatório nacional de investimento GABON) Política agrícola Para melhor se alinhar com sua nova política de redinamização do setor agrícola, o Gabão elaborou alguns documentos para melhor alcançá-la. O Documento de estratégia de redução da pobreza (DSRSP) interino se insere na visão prospectiva definida pelo documento Gabão 2025 e as grandes orientações da lei de desenvolvimento e de ordenamento do território (LDAT). Ele constitui um quadro de referência contendo disposições estratégicas e ações suficientemente concretas, dando uma avaliação dos recursos que o orçamento nacional deve mobilizar para alcançar a redução da pobreza. Em relação ao setor agrícola, as estratégias do DSRP interino visam aumentar o produto interno bruto agrícola por meio da remoção das restrições enfrentadas pelos agricultores e também aumentar a segurança econômica dos mais pobres, especialmente dos pequenos agricultores. Em previsão da aplicação da LDAT, o Ministério da Agricultura iniciou um processo de formulação de um projeto de Lei de orientação agrícola (LOA) que estabelece os objetivos prioritários atribuídos ao setor agrícola. As diretrizes estratégicas prioritárias selecionadas seriam: i. au aumentar a produção e a produtividade para reduzir a insegurança alimentar; ii. au melhorar a competitividade da agricultura em relação às importações; iii. au diversificar e aumentar as produções e exportações agrícolas; iv. au melhorar as condições de vida nas áreas rurais e promover o ordenamento equilibrado do território; v. au gerir de forma sustentável os recursos naturais; vi. au participar da redução da pobreza no mundo rural.

37 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais Com o apoio da FAO, o governo está atualizando sua Estratégia para o desenvolvimento agricultural nacional horizonte 2015. Esta estratégia se articula em torno de dois eixos principais: 1- o fortalecimento das ações em favor da agricultura familiar por meio de medidas de apoio e desenvolvimento; e 2- a continuidade e o redesdobramento das atividades das agroindústrias em benefício das operações rurais e da criação de pequenas e médias empresas agrícolas (PMEAs) pelo setor privado. Em relação às culturas de rendimento (café, cacau, hé- véa, etc.), a política atual dá prioridade ao aumento e à diversificação da produção. As relações sino-gabonenses em matéria

de agricultura A cooperação sino-gabonense no campo da agricultura começou em 29 de junho 1975, com a assinatura do "protocolo sobre os projetos de cooperação agro-técnica entre o governo da República Gabonesa e o governo da República Popular da China". Este último foi concretizado muito antes, em abril de 1974, com a chegada ao Gabão de 75 técnicos agrícolas chineses 29 . No entanto, em relação aos seus investimentos neste campo, não há um produto específico, no qual eles se destacam, fora da horticultura e da pecuária. tabela 8: Organismos e empresas atuando no campo agrícola no Gabão NOME TIPO DE INVESTIMENTO ÁREA DE ATIVIDADE SIAT GABON (empresa belga de Investimento para a Agricultura Tropical no Gabão) Capitais belgas Plantação industrial - Heveicultura - Palmeiras de óleo - Pecuária AGRIPOG (Sociedade Agrícola de Port-Gentil) Privatizada e reestruturada desde 01 de janeiro 2010 por 3 entidades, incluindo um coletivo de gaboneses, e IGAD Horticultura, cultivo "fora do solo" e floricultura IGAD (Instituto Gabonês de Apoio ao Desenvol- vimento) Associação gabonesa criada pela Agri Sud, o Estado Gabonês e Elf Gabon Horticultura (Agricultura periurbana) SUCAF Privatizada e reestruturada pelo grupo francês Castel BGI Plantação de cana-de-açúcar, fabricação de açúcar KEMAO Capitais chineses Pecuária, agricultura SOGAGRI Capitais chineses Pecuária e agricultura OLAM Capitais indianos ONADER (escritório nacional de desenvolvimento rural) Programa de desenvolvimento rural iniciado pelo Governo Comitê de pilotagem do projeto Arroz (NERICA) SOGADEL (Sociedade gabonesa de desenvol- pamento e pecuária) Rebanho de 2000 cabeças cedido à SIAT GABON após liquidação. Pecuária de Bovinos 29 "Ponto da situação da cooperação agrícola entre a República Popular da China e a República Gabonesa", Libreville, Agosto de 1977, Biblioteca do ministério da agricultura, da pecuária e do desenvolvimento rural

38 Panorama dos setores-chave O comércio e os investimentos chineses na África: NOME TIPO DE INVESTIMENTO ÁREA DE ATIVIDADE HEVEGAB Reestruturada pelo grupo SIAT Gabon Heveicultura Rancho Nyanga Reestruturado pelo grupo SIAT Gabon Pecuária de Bovinos SOGAR Capitais chineses Pecuária e agricultura Esta tabela nos mostra que, além de KEMAO em AKOK na estrada para Cocobeach, SOGAR em Barracuda Owendo e SOGAGRI em direção a SOBRAGA Owendo, não existem muitos promotores agrícolas privados com capitais chineses. Por outro lado, as parcerias de cooperação neste campo entre o Gabão e a China são muito numerosas 30 . As empresas privadas chinesas têm uma particularidade: a introdução de novas espécies ani- males e técnicas inovadoras e simples de produções alimentares que são seus campos de intervenção privilegiados. Como a produção de "pintos de um dia", ou ainda o cruzamento de espécies em andamento com uma produção intensiva de carne suína, a partir de matéria animal importada da China. A agricultura e o impacto sobre o meio ambiente Os grandes projetos de desenvolvimento ou renovação agrícola afetam em menor escala a cobertura florestal gabonesa. As culturas tradicionais de pequenos agricultores utilizam espaço florestal apenas para 1% de sua totalidade 31 , postulando em um a priori que seria apenas necessário verificar que as terras florestais são, em sua totalidade, cultiváveis. A floresta gabonesa não está, portanto, em perigo sob a ação combinada da agricultura tradicional "modernizada" e dos grandes projetos agroindustriais. Os impactos ambientais das pequenas unidades chinesas não têm particularidade. Eles são semelhantes àqueles que podem ser observados nas instalações que evoluem com outros investidores. Duas vias se abrem naturalmente: ou privilegiar a agricultura tradicional de subsistência e de rendimento por meio de uma política de incentivo ao retorno à terra para os desraizados que parasitam a cidade; ou orientar a economia agrícola na direção agroindustrial investindo na produção intensiva de certos produtos até então pouco ou nenhum- mente cultivados. Uma terceira via pode eventualmente surgir no acompanhamento parcial de cada uma das duas primeiras, resumindo-se assim em duas palavras-chave: tradição e inovação no mundo capitalista em vigor. Em

definitiva, essa terceira via, mesclada das duas primeiras, parece ter sido adotada, mas permanece a expressão fundamental das mentalidades deste país que continuam distantes 30 Entrevista com um agente do ministério da agricultura, da pecuária e do desenvolvimento rural em 20/07/2010 31 Agricultura e desmatamento no Gabão, Claude BOUET, Geógrafo, ORSTOM (http://horizon.documentati on.ird.fr/exl-doc/ pleins.../15868.pdf).

39 Panorama dos setores-chave evaliação e gestão de compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais devido ao fato agrícola32 . Esta política se fixou, portanto, dois horizontes de importância muito desigual: uma ajuda às culturas de rendimento: café e cacau, que fazem com que o Woleu Ntem seja considerado como a grande província agrícola, sede de uma escola de quadros rurais aberta em 1978 em Oyem. Todos os ingredientes clássicos relacionados a esse tipo de operação estão lá: melhor remuneração na compra dos produtos de laticínios, prêmio pela qualidade, criação de viveiros piloto, arranjos, reforma e abertura de novas trilhas de cacau. Em outras palavras, uma política já praticada sob o regime colonial, cujos resultados são sempre mais ou menos aleatórios de acordo com a conjuntura, e pouco incentivadora a um retorno massivo à selva dos agricultores desraizados que experimentaram a regularidade dos salários industriais ou urbanos. Neste arranjo da tradição agrícola, o espaço florestal não está gravemente ameaçado. O outro aspecto do desenvolvimento agrícola é baseado na promoção industrial de alguns produtos: de consumo corrente: arroz, açúcar, amendoim, óleo de palma, banana-da-terra, mandioca, horticultura. de exportação: borracha, palmiste, pasta de papel, produtos da pesca (atum) e pecuária industrial (bovinos, frangos). Essa produção repousa na criação ou forte crescimento de unidades agroindustriais existentes, resultado de pesados investimentos onde o Estado, sob a forma de empresas estatais ou de economia mista, entra em parte e desempenha um papel incentivador que se traduz na paisagem por vastos espaços desmatados e arranjados para a cultura intensiva mecanizada. O desenvolvimento da agricultura no Gabão passa, portanto, por uma agricultura intensiva. É a abordagem para contornar a desvantagem dos custos de fatores, da mão-de-obra limitada e permitir que os produtos gaboneses sejam competitivos no mercado local e in- ternacional. A adesão do maior número à política agrícola se revela imperativa. Os vendedores asiáticos de frutas e legumes se abastecem junto aos pequenos agricultores chineses, segundo as afirmações de alguns deles. No entanto, além dessas declarações, não possuímos nenhuma outra prova que possa confirmar essas afirmações. V. Relações comerciais entre o Gabão e a China A Importação-exportação O método chinês é simples: vender em massa produtos chineses manufaturados aos africanos de modo a concorrer significativamente com os produtos europeus e norte-americanos. Uma nota interna do ministério das Relações Exteriores, datada de 30 de maio e assinada por Valérie Niquet "A estratégia africana da China". Precisa que a China é hoje 32 Agricultura e desmatamento no Gabão, Claude BOUET, Geógrafo, ORSTOM

40 Relações comerciais entre o Gabão e a China O comércio e os investimentos chineses na África:

se tornou o principal fornecedor da África subsaariana, com mais de 10% de participação de mercado, à frente da Alemanha e da França. Mas os acordos com a China favorecem um sistema de trocas muito desequilibrado: no total, a China exporta quatro vezes mais para a África do que esta o faz para a China. Enquanto a China exporta "trifles" para o Gabão, este último lhe fornece em estado bruto suas matérias-primas. O manganês e a madeira constituem os principais produtos gaboneses exportados para a China. Em um tal contexto de trocas, o descontentamento dos operadores econômicos gabo- neses e outros africanos e europeus tem poucas chances de encontrar solução. 80% da população Gabonesa vive em situação de

pobreza, a China compreendeu bem a urgência de propor a estes últimos produtos adaptados às suas capacidades de compra. VI. Discussão e Conclusão O Gabão deve diversificar sua economia para evitar uma catástrofe com o esgotamento da riqueza petrolífera. Repleto de recursos naturais importantes e às vezes de alto valor, a busca por investidores estrangeiros para facilitar a exploração desses recursos parece uma estratégia natural para as autoridades gabonesas. As autoridades gabonesas têm sido até agora muito indulgentes em relação às múltiplas infrações dos textos visando a sustentabilidade. Assim, o Código Florestal é claramente violado por dezenas de empresas que se recusam a apresentar os planos de arranjo sem que isso resulte na expulsão pura e simples dessas últimas e no retorno ao "domínio" de sua concessão. Em outros setores, especialmente no setor mineral (a Mina de Ferro de Belinga), uma carência de informação não é capaz de abordar as questões ambientais e sociais dos projetos. Para atender às suas enormes necessidades em matérias-primas (madeira, ferro, manganês...) a China está cada vez mais presente nos setores primários do Gabão. Ela investiu bilhões de euros para a exploração desses múltiplos recursos. No entanto, se a presença chinesa modificou consideravelmente a paisagem econômica do Gabão, o im- pacto de suas atividades sobre o meio ambiente e os meios de subsistência das populações locais deixa a desejar. Muitas empresas com capitais chineses têm dificuldade em conciliar suas necessidades econômicas com as do meio ambiente e das comunidades ribeirinhas dos locais (florestais) explorados. Não apenas elas carecem de vontade de participar plenamente do jogo do arranjo, apesar dos CPAET assinados, mas participam de forma fraca na economia nacional, devido à exportação da maioria de sua produção (60% da produção de toras) e ao seu uso preferencial de material e mão de obra chinesa. O setor mineral, com sua presença chinesa notável, apresenta desafios importantes e a gestão do caso Belinga provoca sérias preocupações sobre a sustentabilidade de tais

41 Discussão e Conclusão e avaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais projetos e até mesmo a forma como esses projetos vieram ‘suspender’ outras leis. Assim, os projetos mineradores apresentam um risco de danos colaterais muito significativos e isso, pelo longo prazo. Os investidores chineses não são os únicos a desrespeitar as leis gabonesas e a demonstrar seu desprezo pelos princípios de sustentabilidade em Gabão. Uma grande parte das empresas do setor mineral, petrolífero e florestal foi criticada por seu baixo desempenho nesse sentido, e as autoridades gabonesas mostraram-se muito tolerantes a esse fenômeno repetido. Existem empresas chinesas que são exemplos positivos e Gabão não poderá prescindir dos investidores chineses. A China é um país que pode inovar e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Gabão, e o mercado chinês pode consumir produtos gaboneses com benefícios mutuos. No entanto, tanto a China quanto Gabão devem tomar medidas para reduzir as infrações legais dos empreendedores e investidores chineses e garantir a sustentabilidade de suas ações. Essas operações devem ser realizadas em um espírito de transparência, em associação com atores da sociedade civil e institutos de pesquisa estabelecidos em Gabão. Essas medidas podem começar pela análise conjunta e possível tradução dos textos gaboneses para garantir sua compreensão pelos tomadores de decisão (dos ministérios técnicos) dos dois países. Em seguida, as empresas chinesas devem se conformar a essa legislação em um período transitório de 12 meses, sob risco de serem suspensas pelas autoridades gabonesas. As autoridades chinesas devem estabelecer com seus pares em Gabão uma lista negra das empresas ‘criminosas’. Ao mesmo tempo, Gabão deveria aproveitar melhor as experiências chinesas em desenvolvimento sustentável, especialmente em energia e habitação, em vez de investimentos ‘tradicionais’, deveria buscar da China contribuições para a economia verde (sustentável). Assim, os projetos atuais, mineradores e florestais, dos investidores chineses devem incluir um compromisso firme

e público em relação à sustentabilidade. Essa sustentabilidade deve se manifestar pelo respeito às leis em vigor em Gabão, mas também pela implementação de atividades 'adicionais' (cadernos de encargos, projetos Win-Win) visando o desenvolvimento sustentável. Gabão poderá assim continuar seu desenvolvimento econômico em um quadro ecologicamente sustentável, em benefício de todos os gaboneses e a China poderá mostrar sua expertise e compromisso em matéria de desenvolvimento sustentável em um país africano "amigo".

42 Discussão e Conclusão O comércio e os investimentos chineses na África : VII. Bibliografia BAD/ DEPARTAMENTO REGIONAL CENTRO (ORCE)-ESCRITÓRIO REGIONAL DE LIBREVILLE (GAFO), 2008. Relatório de Estudo sobre a Diversificação das Fontes de Crescimento Econômico em Gabão Chevalier J.M., Nguema Magnagna V., Assoumou S., 2009. As florestas de Gabão em 2008. no "As florestas da Bacia do Congo: Estado das Florestas 2008", editado por de Wasseige C., Devers D., de Marken P., Eba'a Atyi R., Nasi R., Mayaux Ph, Deloitte Consultoria 2005. Investir em Gabão - Apresentação do quadro jurídico, fiscal e social de uma implantação em Gabão Cronograma dos Permissões Florestais no SIG Cartográfico em 29 de Maio 2007; Lista dos permissões florestais (DGEF 2007) Evao Consultoria para WWF, 2009. Gestão Sustentável do Setor Mineral na África Central: Análise do Ambiente Regulatório do Setor Mineral em Gabão Jansson, Johanna; Burke, Christopher e Jiang, Wenran (2009). 'Empresas Chinesas nas Indústrias Extrativas de Gabão e da RDC: Percepções de Transparência'. Agosto: Centro de Estudos Chineses, Universidade de Stellenbosch. Páginas 18-19. Disponível em: http://www. ccs.org.za/ wp-content/uploads/2009/11/Chinese_Companies_in_the_Extractive_Industries_of_Gabon_and_the_DRC._CCS_report_August_2009.pdf Lebas L., 2010. Impactos da exploração mineral sobre as populações locais e o meio ambiente na Alta-Ogooué. Relatório de estudo para Brainforest, Libreville Mabiala N., Roda JM., 2005. « A Entrada em Força das Redes Asiáticas », Revista Trimestral Geopolítica Africana n°17 de janeiro de 2005. Mertens B., Makak J. S., (2009). Atlas Florestal Interativo. Disponível em http://pdf.wri. org/interacti ve_forestry_atlas_gabon_fr.pdf Nasi R., Nguinguiri J.C., Ezzine de Blas D., 2006, Exploração e gestão sustentável das florestas da África Central « A busca pela sustentabilidade » Obame Ondo A.P. para a UICN, 2010. Relatório de Estudo sobre o peso e os impactos da atividade das empresas de capitais chineses na cadeia de madeira gabonesa

relatório de estudo Sobre O comércio e os investimentos chineses na África e avaliação e gestão dos compromissos entre economias nacionais, métodos de subsistência local e ecossistemas florestais CaS do GaBoN Quarteirão Antiga SOBRAGA, em frente ao Ministério das Minas, B.P: 23 749 Libreville – Tel: 44 53 52 E-mail: info@brain-forest.org – url: www.brain-forest.org N° de registro: 00265/MISPD/SG/CT - NIF: 89616C